

INDICAÇÃO Nº , DE 2025
(Do Sr. Alex Manente)

*Sugere à ministra da Secretaria de
Relações Institucionais da Presidência da
República a formação de uma Rede de
Apoio às Mulheres a nível nacional.*

Apresentação: 10/12/2025 17:01:26.027 - Mesa

INC n.3089/2025

Excelentíssima Senhora Gleisi Hoffmann,
Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da
República,

O Brasil enfrenta um histórico desafio no combate à violência contra as mulheres. De acordo com o Mapa da Segurança Pública de 2025, quatro mulheres são assassinadas por dia no Brasil. Segundo a coordenadora do Observatório da Mulher contra a Violência do Senado Federal, Maria Teresa Firmino Prado Mauro, tal estimativa indica que o número de feminicídios não vem diminuindo no país, apesar da aprovação de novas leis sobre o assunto.

Conforme dados do Instituto Igarapé e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ocorreu aumento de 10% de casos de violência contra mulheres nos últimos cinco anos. Desfecho trágico de um histórico de violências que antecede na maioria dos casos a morte das vítimas.

Em 2024, conforme dados do Relatório Socioeconômico da Mulher – Raesam de 2025, lançado pelo Ministério das Mulheres, foi apontado que foram registrados 1.450 feminicídios e 2.485 homicídios dolosos (com intenção de matar) de mulheres e lesões corporais seguidas de morte. O relatório também demonstrou que ocorreram o equivalente a 196 estupros por dia, em 2024, o que totalizou 71.892 casos de estupro de mulheres em todo o ano passado.

Mais recentemente, a 11ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo Instituto DataSenado, entrevistou cerca de 22 mil brasileiras (21.641), com 16 anos ou mais, em todos os estados e DF, sendo a



maior série histórica sobre o tema da violência contra a mulher. Os principais resultados mostram que 27% das mulheres já sofreram violência doméstica ou familiar provocada por um homem ao longo da vida. Importante ser destacado que no que concerne à percepção social, 79% das entrevistadas acreditam que a violência contra as mulheres aumentou. Isso é comprovado todos os dias quando assistimos vídeos em redes sociais, nos periódicos, nos meios de comunicação, mostrando o processo de agressividade dos homens contra suas companheiras ou ex-companheiras.

Ao reiterar que as estatísticas são alarmantes, a senadora Mara Gabrilli, relatora na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o tema, destacou a importância de se avaliar o plano de ação do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios — que prevê 73 ações — e contribuir para a sua implementação. A senadora informou que seu relatório será apresentado até o final do ano e deverá identificar os principais gargalos e desafios do plano de ação.

Como lembrou a senadora Mara Gabrilli, apesar das diversas leis aprovadas por nós aqui no Congresso Nacional (como a Lei Maria da Penha, a tipificação do feminicídio, a Lei Mariana Ferrer e a Lei do Stalking), a cultura machista está profundamente arraigada na nossa sociedade e continua a submeter as mulheres ao medo, à opressão, a agressões, a costumes que as reduzem a cidadãos de segunda classe, a meros objetos que os homens querem dominar e possuir. Precisamos combater, com muita força e ações concretas, as condutas criminosas praticadas contra as mulheres.

Segundo a ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, em recente entrevista, “é importante a construção de uma rede de apoio e transformação, para que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e seu poder na sociedade civil”. Destacando também que a educação e a conscientização, desde a infância, devem ser implementadas para desconstruir o machismo e promover a igualdade de gênero, essencial para uma sociedade mais justa e solidária.

A presente Indicação está sendo enviada à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República em complemento ao Requerimento de informações nº 8102/2025, endereçada ao Ministério das Mulheres, sobre o mesmo tema. Entendemos que a grave crise que assola nosso país em virtude



da violência praticada contra as mulheres e meninas brasileiras deve ser de responsabilidade e coordenação da Presidência da República, que através dos ministérios, especialmente do Ministério das Mulheres, de contatos com o Parlamento, Tribunais, Ministério Público, CNJ, governadores e prefeitos, e demais entidades ligadas ao combate à violência contra esta importante parcela da sociedade brasileira, possam enfim, conforme proposta pela ministra Carmen Lúcia, criar uma Rede de Apoio às Mulheres a nível nacional para que o tema seja debatido de forma aprofundada em todo o País e em todos os níveis, visto que as legislações aprovadas nos últimos anos, bem como o aumento das penas imputadas aos agressores e assassinos, não geraram o efeito esperado.

Os protocolos existentes devem ser potencializados, delegacias de atendimento às mulheres devem ficar abertas 24 horas, que mais delegacias especializadas sejam criadas, que existam campanhas robustas de reforço ao atendimento às mulheres, de reforço da Rede de Atendimento (Ligue 180), que exista maior investimento em políticas públicas e proteção social e, principalmente, que seja criada uma Rede de Apoio às Mulheres, com o envolvimento direto dessa Secretaria.

O enfrentamento da violência contra a mulher é emergencial, e certamente com a coordenação da Presidência da República ganhará maior relevância nacional.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2025.

Deputado Alex Manente
Cidadania/SP



REQUERIMENTO N.º DE 2025
(Do Sr. Alex Manente)

Requer o envio de Indicação à ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República sugerindo a formação de uma Rede de Apoio às Mulheres a nível nacional.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 113, inciso I, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja encaminhada à Senhora Ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República indicação anexa, sugerindo a formação de uma Rede de Apoio às Mulheres a nível nacional.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2025.

Deputado Alex Manente
CIDADANIA/SP

